

11. PROPOSTA - CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A FREGUESIA DE TADIM:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal a proposta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Braga e a Freguesia de Tadim, segundo a qual o Município entrega à freguesia referida, os prédios descritos na CRP de Braga, sob os n.ºs 421 e 422 da freguesia de Tadim e inscritos, respetivamente, na matriz sob o artigo 141.º urbano e 411.º rústico/Tadim, nos termos das cláusulas do contrato, que se anexa.


At. O. e. u. l. u. s.
Presidente da CM Braga
A reunião do
Executivo Municipal
para apreciação
F. J. - o Nam
09 Março 2016

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: I/13/DACPGP/2016 - Proposta – Contrato de comodato a celebrar entre este Município e a Freguesia de Tadim. Prédio sito na freguesia de Tadim, descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob os nº 421 e 422 da freguesia de Tadim.

Segue em anexo proposta do contrato de comodato a celebrar entre este Município e a Freguesia de Tadim, relativo aos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Braga sob os nº 421 e 422 da freguesia de Tadim e inscritos, respectivamente, na matriz sob os artigos 141, urbano e 411 rústico/Tadim com vista a ali ser instalado um “multiusos”, destinado ao exercício de atividades de carácter social, lúdicas, culturais e recreativas, promovendo o bem estar dos seus habitantes, a fim de submeter à apreciação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

A Jurista,


(9.3.2016)

PROPOSTA
CONTRATO DE COMODATO

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Braga, com sede na Praça do Município da cidade de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, neste ato representado por ..., adiante designado por **Município,**

E

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Tadim, com sede na Rua Dr. Guilherme Braga da Cruz, nº 2, 4705-671 Braga, pessoa coletiva nº ..., aqui representada por ..., adiante designado por **Freguesia,**

Considerando que:

São atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respectiva população, em articulação com as freguesias, como estabelece o artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação actual,

Compete à câmara municipal, de acordo com o prescrito no artigo 33º, nº 1, alínea ee) do citado Anexo "Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal",

É celebrado o presente contrato de comodato entre os outorgantes acima melhor identificados que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
(Objeto)

O **Município** é dono e legítimo proprietário dos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Braga sob os nº 421 e 422 da freguesia de Tadim e inscritos, respectivamente, na matriz sob o artigo 141, urbano e 411 rústico/Tadim, adiante apenas designados por **Edifício**, melhor identificado na planta anexa ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

Cláusula Segunda

(Finalidade)

Pelo presente contrato, o **Município** entrega à **Freguesia** e esta aceita, o imóvel descrito na cláusula primeira, a título gratuito, com vista a ali ser instalado um “multiusos”, destinado ao exercício de atividades de carácter social, lúdicas, culturais e recreativas, promovendo o bem estar dos seus habitantes.

Cláusula Terceira

(Regime de utilização)

1. A segunda outorgante utilizará o referido prédio para o exercício das atividades referidas na cláusula segunda, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização do **Município**.
2. À segunda outorgante não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do **Município**.
3. Exclui-se do disposto no número anterior a cedência a título precário sem direito a exigir qualquer prestação pelo uso da coisa, a associações ou clubes, com sede na freguesia de Tadim, para o exercício das atividades referidas na cláusula segunda, carecendo, para tal, de autorização do **Município**.
4. Finda a vigência do presente contrato, a **segunda outorgante** deverá entregar ao **Município** o Edifício em bom estado de conservação.

Cláusula Quarta

(Obras de Adaptação)

Após competente autorização por parte do **Município**, a **Freguesia** poderá proceder por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as obras de construção, adaptação, conservação e/ou manutenção a realizar no **Edifício**, que sejam necessárias à prossecução das atividades referidas na cláusula segunda.

Cláusula Quinta

(Reparação e manutenção dos equipamentos)

Compete à **Freguesia** proceder, por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as reparações, conservação e manutenção dos equipamentos.

Cláusula Sexta

(Benfeitorias)

Todas as benfeitorias realizadas no Edifício ou nos equipamentos levadas a cabo pela **Freguesia** consideram-se neles integradas, não havendo lugar a qualquer indemnização finda a vigência do presente contrato.

Cláusula Sétima

(Obrigações da SEGUNDA OUTORGANTE)

1. Na vigência do presente contrato, a **Segunda Outorgante** obriga-se a assumir os encargos decorrentes das seguintes despesas:

- a) inerentes à conservação e limpeza dos espaços;
- b) decorrentes da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, telefone, rede de dados, e outros custos de exploração;
- c) relativas ao pagamento de prémios de seguro que, por lei, sejam obrigatórios.

2. A segunda outorgante obriga-se ainda:

- a) à contratação de um seguro multirriscos que **salvaguarde** o edifício em caso de sinistro;
- b) a não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.
- c) a manter as instalações em perfeito estado de conservação e **segurança**.

Cláusula Oitava

(Prazo)

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser renovável por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 180 dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações.

Cláusula Nona

(Omissões)

As omissões ao presente contrato são reguladas pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 1129º e seguintes do Código Civil.

Cláusula Décima

(Foro)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente Contrato, as partes elegem como competente o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outra.

Braga, _____.

1º Outorgante - Município de Braga

2º Outorgante
